

APOIAR AS FAMÍLIAS E AS EMPRESAS

Rui Rio apresentou um conjunto de 18 medidas estudadas e desenvolvidas pelo Conselho Estratégico Nacional (CEN), para assegurar liquidez às empresas e minorar no imediato os graves efeitos que a pandemia de Covid-19 está a causar na vida das famílias. O Presidente do PSD sublinhou que “uma parte das propostas já existem, são melhorias de medidas que já entraram em vigor, outras são novas e procuram responder a necessidades” identificadas pelo PSD. O impacto destas soluções é de 300 milhões de euros



LOCAIS

SALVADOR MALHEIRO DIZ QUE É A ALTURA DE “PUXAR PELA ECONOMIA” LOCAL

O autarca de Ovar diz que este é o momento de incentivar “o pequeno comércio local, cumprindo com as regras sanitárias”



PARLAMENTO

PSD RECUSA PERDÃO DE PENAS E SÓ ADMITE PRISÃO DOMICILIÁRIA PARA GRUPOS DE RISCO

André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, reafirma que o PSD discorda de um “perdão de penas” tal como consta da proposta do Governo



REGIONAIS

PSD/AÇORES DEFENDE MEDIDAS EXCEPCIONAIS PARA TODOS OS ALUNOS

O presidente do PSD/Açores defende uma “resposta imediata”, através de medidas excepcionais, numa altura em que o ano letivo está interrompido



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

É A HORA DA ESPERANÇA

Pior do que errar é não decidir ou fazer de conta que está tudo bem.

O PSD acaba de apresentar 18 propostas, subdivididas por cinco grupos, que pretendem responder, no imediato, aos principais problemas que as famílias e empresas se deparam por causa da pandemia do novo coronavírus.

Todos temos noção de que esta é uma crise sem paralelo e que qualquer proposta não é uma ideia fechada, mas antes um ponto de partida, aberto ao debate e uma solução de consenso alargado. No fundo, queremos assegurar que as famílias não fiquem privadas de um rendimento básico e que as empresas, sobretudo as micro e as pequenas e médias, reiniciem ou se mantenham a atividade, com garantia da proteção dos postos de trabalho.

Mais de 28 mil pessoas ficaram em situação de desemprego, em março, e cerca de 33.366 empresas, abrangendo 556 mil portugueses, já se encontram em regime de "lay-off". Em ambos os casos a perda de rendimento é uma consequência grave, da crise pandémica que milhares de portugueses estão a sentir.

A primeira proposta do PSD, que melhora a medida concretizada pelo Governo, acentua a simplificação das regras de acesso ao "lay-off", passando o Estado a pagar diretamente aos trabalhadores, porque é preciso ter em conta que muitas empresas não têm uma tesouraria capaz de suportar os encargos que lhes compete, na compensação retributiva. Outra diferença, que também é uma questão de equidade, é a possibilidade deste regime ser estendido às empresas municipais, correspondendo a um desejo e uma preocupação de muitos autarcas que, não obstante a distensão no regime excecional de endividamento das autarquias locais, para a implementação de medidas de apoio ao sector social e solidário e a pessoas em situação de vulnerabilidade, se deparam com um agravamento do saldo de tesouraria.

Uma outra proposta, que faz parte da marca genética do PSD, e que é da mais elementar justiça, é incluir como beneficiários do "lay-off" os empresários em nome individual e os sócios-gerentes das pequenas e microempresas, o que corresponde a uma falta de equidade social e económica que merece ser reparada. Estes, tal como um qualquer trabalhador, estão obrigados a liquidar as cotizações junto da Segurança Social e não faz sentido que a proposta do Governo os discrimine, negando-lhe o direito de serem parcialmente compensados na sua retribuição.

Por outro lado, esta medida, em contraponto, poderá antecipar e contrariar o encerramento da atividade, despedimentos coletivos e insolvências e a mais que certa perda de postos de trabalho e unidades produtivas, com reflexo profundo na economia do País.

Como o exemplo vem de cima, o PSD também propõe o pagamento de todas as dívidas do Estado a fornecedores em 15 dias, procurando desta forma aumentar a liquidez das empresas que fornecem ou prestam serviços a entidades públicas. Paralelamente, em função desta proposta, devem ser adotados mecanismos para que o setor privado, no mesmo sentido, reduza os prazos médios de pagamento entre empresas.

As linhas de créditos disponibilizadas para as empresas – 3 mil milhões de euros – também são manifestamente escassas, face à gravidade das consequências desta crise pandémica. A solução do PSD passa por aumentar e redefinir as linhas de crédito de apoio à tesouraria para os 10 mil milhões de euros, com uma taxa de juro que não deverá exceder os 1.5%. Seria de todo inaceitável que a banca, que tanto ganhou na crise pós-2008, quando todos os portugueses faziam sacrifícios, viesse agora cobrar um custo de financiamento entre 2.5% e 3.5%, um preço excessivo e injusto, face às circunstâncias e às condições de mercado, em que os bancos se financiam a taxas negativas.

Para as empresas, o PSD defende o alargamento dos prazos fiscais, que permitira aliviar momentaneamente o tecido empresarial em matéria de IVA, IRC e TSU, que passariam a ser cobrados em outubro, dispensando-se ainda os pagamentos por conta de IRS.

Para as famílias, Rui Rio trouxe como novidade a redução do IMI, deste ano, em 20%, para habitação própria e permanente, o que ajudaria a aliviar a fatura dos portugueses, na sua esmagadora maioria proprietários, propondo ainda a alteração do regime moratório dos créditos à habitação, para que as pessoas não paguem juros sobre juros e a transformação dos incumprimentos bancários em dívida a três anos, com a garantia do Estado, para que os bancos não tenham de registar perdas por mais imparidades.

Este pacote de medidas não é a poção mágica para todos os problemas da crise sanitária, nem o PSD entrará em competição para as materializar em iniciativas legislativas. Mas é, seguramente, um contributo de uma oposição séria e responsável, que tem sentido de Estado e que corresponde à posição de colaboração que o PSD prometeu ao Governo e ao País. Qualquer outro fito ou aproveitamento seria repugnante.

O coronavírus deixará um rasto de destruição social e económica sem precedentes.

A oposição do PSD continua a ter o seu foco no próprio vírus. O PIB poderá recuar para níveis de há quase três décadas, mas os portugueses não podem deixar de comer, viver e ter esperança e como diz o povo, na sua imensa sabedoria, esta é a última a morrer. A isso, o PSD dirá presente.

APOIAR AS E AS EMPR

Rui Rio apresentou, na segunda-feira, 6 de abril, um conjunto de contributos desenvolvidos pelo Conselho Estratégico Nacional (CEN), para assegurar liquidez às empresas e minorar no imediato os graves efeitos que a pandemia de Covid-19 está a causar na vida das famílias. Estes contributos resultam de um quadro de cooperação entre o PSD, o Governo e o Presidente da República. São 18 as medidas e terão um impacto global de 300 milhões de euros para Portugal.

Em conferência de imprensa, no Porto, Rui Rio começou por explicar que o objetivo destas medidas é, por um lado, que "as empresas tenham liquidez", e por outro, suprir no imediato "as principais carências e rendimento das pessoas".

O Presidente do PSD sublinhou que "uma parte das propostas já existem, são melhorias de medidas que já entraram em vigor, outras são novas e procuram responder a necessidades" identificadas pelo PSD. Rui Rio estima um impacto relativamente reduzido, cerca de 300 milhões de euros. "É pouco dinheiro face à dimensão da [crise] que estamos a falar", disse.

Para as empresas e trabalhadores, o PSD defende a simplificação e o alargamento do acesso ao "lay-off", passando o Estado, através da segurança social, a pagar diretamente e não a reembolsar as empresas (dado que muitas não têm tesouraria para suportar esse gasto). Rui Rio especifica que as empresas, sem que com isso percam o acesso ao regime de "lay-off", possam fazer o pagamento adicional de parte ou a totalidade da remuneração perdida dos funcionários em "lay-off" até ao montante máximo de 1905 euros. O líder do PSD defende o alargamento do regime de "lay-off" às empresas do setor empresarial local, situação preconizada por muitos autarcas.

A segunda proposta é a criação de um mecanismo de apoio aos sócios-gerentes das pequenas e médias empresas (PME) que entrem em "lay-off", medida defendida desde o início da crise pelo Presidente do PSD. Considerar o sócio-gerente como trabalhador, recompensando-o de parte do salário perdido por força do "lay-off", é "solução de elementar justiça", relativamente a trabalhadores que, por terem uma participação no capital social das empresas, não têm qualquer apoio social nesta circunstância.

Rui Rio apontou também o pagamento de todas as dívidas do Estado a fornecedores e a agilização dos pagamentos das participações dos fundos da União Europeia como forma de aumentar a liquidez das empresas que fornecem serviços ao Estado.



S FAMILÍAS

RESAS

PRIMEIRO PORTUGAL



Em quarto lugar, o líder do PSD propõe o aumento e a redefinição das linhas de crédito de apoio à tesouraria das empresas, incluindo os empresários em nome individual e os profissionais liberais. As linhas de crédito teriam um custo na ordem dos 10 mil milhões de euros, sendo, nas contas de Rui Rio, insuficientes os 3 mil milhões anunciados pelo Governo.

Neste capítulo, os empréstimos de apoio à tesouraria destas linhas de crédito deveriam pagar uma taxa de juro anual efetiva global (TAEG) igual ou inferior a 1.5%. Neste momento, o custo de financiamento das linhas de crédito cifra-se entre 2.5% e 3%, o que, para o PSD, se apresenta demasiado elevado face às circunstâncias e às condições de mercado dos bancos, que se conseguem financiar a taxas negativas, e às enormes dificuldades do tecido empresarial. Para o Presidente do PSD, uma taxa de juro na ordem dos 1.5% vai também ao encontro da "unidade nacional", esforço que se aplica também aos bancos.

Finalmente, para aumentar a liquidez das empresas, reduzindo até ao final de setembro de 2020 as obrigações fiscais, o PSD é favorável a um alargamento dos prazos fiscais (pagamento do IVA do 1.º e 2.º trimestre passaria para outubro; pagamento de IRC e dos pagamentos por conta em IRC, ou seja, o 1.º e 2.º pagamentos deveriam ser em outubro; a dispensa dos pagamentos por conta de IRS; e o pagamento da TSU transitará de abril e maio para outubro).

Joaquim Sarmento, que tem coordenado o grupo de trabalho do CEN que está a desenvolver estas medidas, defendeu, no plano europeu, a criação de um programa

européu de financiamento dos programas nacionais de apoio à economia e às famílias durante o período da crise. O financiamento poderia assentar na criação de um programa com dívida do MEE (Mecanismo Europeu de Estabilidade), através de títulos de dívida europeia emitidos para apoiar os esforços dos países afetados pela pandemia de Covid-19 ("corona bonds").

Em videoconferência, o economista lembrou que "o aumento da dívida pública vai colocar uma grande pressão sobre os países mais endividados" e este momento exige "a solidariedade de todos" os estados-membros para enfrentar "uma crise exógena". Quer isso dizer que o modelo proposto implicaria que o MEE emita dívida a ser comprada em mercado secundário pelo BCE, sendo o MEE responsável pelo programa de cada país. Cada país seria responsável por pagar os juros relativos à sua participação no programa, sendo, no entanto, a dívida de todo o Mecanismo, o que significaria que não pesaria na dívida pública dos países da zona Euro. Essa dívida, emitida para um prazo de amortização a 30 anos, implicaria que daqui a 10 anos (quando faltarem 20 anos para a maturidade da dívida), cada Estado, faria anualmente uma contribuição de 1/20 do valor da dívida relativa ao seu programa.

Mais tarde, num contexto de reflexão do processo de construção europeia, o PSD colocaria no debate a questão da mutualização da dívida dos Estados-Membros, através dos "eurobonds". Esta proposta já estava prevista no programa eleitoral do PSD e não se prende diretamente com a Covid-19, mas seria, em momento oportuno, suscitada no plano europeu.



“A BANCA NÃO PODE QUERER GANHAR DINHEIRO COM A CRISE”



Rui Rio considera indiscutível a renovação do estado de emergência. No debate desta quinta-feira, 2 de abril de 2020, na sessão plenária no Parlamento, o Presidente do PSD começou por sublinhar que sem o recurso a este mecanismo de exceção, tudo “teria sido um desastre”. “Teríamos mais de 40 mil pessoas infetadas. (...) Por isso, é indiscutível que temos de prolongar o estado de emergência e o PSD irá votar naturalmente favoravelmente”, disse.

Resolvida a crise sanitária, Rui Rio assinala que “a banca vai ter um papel decisivo” e “não pode querer ganhar dinheiro com a crise”. O líder do PSD lembra que a banca, que “deve muito, mesmo muito, a todos os portugueses”, deve agora cumprir com a sua parte, ajudando as “famílias e as empresas” e promovendo “o crescimento e o emprego”. “Se a banca apresentar em 2020, em 2021, lucros avultados, esses lucros serão uma vergonha e ingratidão para com os portugueses”, frisou, acrescentando que “a banca sabe que se as empresas morrerem, a banca morre com elas”.

Rui Rio deixou ainda dois apelos: “a todos os portugueses, que se têm portado de uma maneira impecável, que fiquem em casa”; e à União Europeia, que dê uma “resposta conjunta”, para travar o euroceticismo e os nacionalismos. Se a resposta resultar, evidenciou Rui Rio, “relançaremos com força brutal o projeto europeu”.

O líder do PSD elogiou a dedicação dos profissionais de saúde e todos os portugueses que têm assegurado os serviços essenciais, para que nada falte aos portugueses durante esta crise pandémica.

“PORTUGAL A DAR O EXEMPLO OUTRA VEZ”: IMPRENSA ESPANHOLA E REDES SOCIAIS ELOGIAM RUI RIO

A imprensa espanhola elogia a postura de estadista do Presidente do PSD no combate à pandemia que estamos a viver. Diversos meios de comunicação escrita e digital de Espanha enaltecem o discurso de Rui Rio durante o debate sobre o pedido de autorização da declaração do estado de emergência, no passado dia 18 de março. Uma intervenção que já se tornou um fenómeno viral nas redes sociais.

“Portugal a dar o exemplo outra vez: o discurso do líder da oposição que o mundo aplaude. Rui Rio, líder da oposição portuguesa, uma lição no momento da pandemia”, referem vários jornais. “A política portuguesa volta a dar um exemplo ao resto do planeta, mostrando apoio entre partidos para superar esta crise sanitária global. Assim é a oposição política em Portugal”, escrevem diversos meios de informação.

Em todas estas notícias é divulgada o vídeo da intervenção de Rui Rio no Parlamento, quando foi decretado o estado de emergência em Portugal.

Com 40 mil visualizações só no YouTube, o discurso do líder do PSD tem acolhido o aplauso de centenas de utilizadores que procuram conhecer o percurso político do Presidente social-democrata.



EURODEPUTADOS DO PSD APRESENTAM PACOTE DE MEDIDAS DE COMBATE À CRISE DA COVID-19

Os seis eurodeputados do PSD enviaram, na sexta-feira, 3 de abril de 2020, uma carta aos presidentes da Comissão Europeia, Conselho Europeu, Parlamento Europeu e Banco Central Europeu, assim como ao Primeiro-Ministro português e representante de Portugal no Conselho Europeu, dando ainda conhecimento ao Presidente da República.

Com a missiva seguiu um documento, onde a delegação do PSD no Parlamento Europeu apresenta 17 medidas de resposta à crise da Covid-19 e exigem uma solução comum de carácter urgente, capaz de produzir efeitos imediatos e sempre assente no valor da solidariedade.

Na carta aos quatro líderes das instituições europeias e ao Primeiro-Ministro português, os eurodeputados alertam que a pandemia revelou carências nas “reservas estratégicas de medicamentos, alimentos, equipamentos, nem de uma reserva de capacidade produtiva” em Portugal e na Europa. “A pandemia já gera uma vaga gigante de desemprego, mas o emprego continua a ser uma pura competência nacional. A pandemia evidenciou que muitos dos instrumentos económicos, financeiros e monetários de que não dispomos (e que são próprios e típicos de uma verdadeira União Económica e Monetária) teriam sido (e ainda podem ser afinal) a única via de solução e de reinvenção da economia europeia, da economia social de mercado, do nosso tão amado modo de vida europeu”, sublinham.

Para os eurodeputados social-democratas, “as enormes falhas e deficiências na resposta a esta crise humana, sanitária, social e económica sem paralelo não foram nem são da Europa; nem são, em rigor, das instituições europeias, mas antes da falta de ambição e de vontade política dos líderes nacionais, dos chefes de Governo, que têm de atuar a nível europeu”. “Daí as primeiras reações nacionalistas e egoístas, tão avessas ao espírito europeu. Agora, diante desta Europa silente e confinada a casa, os líderes políticos e os representantes dos cidadãos e dos povos não podem falhar”, alertam.

No documento, destaca-se um conjunto de medidas “essenciais para valer às aflições do curto prazo, para garantir a sobrevivência do tecido social e económico no médio-prazo e para relançar económica, social e culturalmente a Europa no médio e no longo prazo”, explicam os seis eurodeputados, Paulo Rangel, Lídia Pereira, José Manuel Fernandes, Maria da Graça Carvalho, Álvaro Amaro e Cláudia Monteiro de Aguiar.



AS PRINCIPAIS MEDIDAS PROPOSTAS PELOS EURODEPUTADOS DO PSD

- O investimento imediato de 2 mil milhões de euros no desenvolvimento da vacina e de tratamentos à Covid-19;
- A defesa inequívoca dos “coronabonds” ou outro instrumento de mutualização de dívida, da criação do ‘resseguro’ de desemprego, do reforço dos fundos europeus sem taxa de cofinanciamento e da adoção de um plano global de recuperação económica;
- Proposta de adoção de um plano de resgate para o sector do turismo e proteger a agricultura e pescas (abastecimento de bens essenciais). Criar reservas estratégicas de bens essenciais, geridas pela Proteção Civil;
- Proposta de extensão do período transitório do Brexit.

HÉLDER SOUSA SILVA ENDEREÇA “UM ABRAÇO DE SOLIDARIEDADE” A TODOS OS AUTARCAS



O Presidente da Comissão Política dos Autarcas Social Democratas (ASD) pede ao Governo medidas urgentes para apoiar as famílias, as instituições e as empresas locais. Helder Sousa Silva diz que, além “da crise sanitária, este é um tempo de emergência social e de emergência económica”.

O também Presidente da Câmara Municipal de Mafra reconhece que os autarcas “têm sido incansáveis, seja no permanente apoio às operações de controlo da pandemia, seja no reforço diário de infraestruturas ou de equipamentos”.

Helder Sousa Silva endereça um “abraço de solidariedade” a todos os autarcas do País. “Formulo um apelo à unidade. Assim como não existem fronteiras geográficas que travem o vírus, também não devem existir barreiras ao trabalho colaborativo na implementação de medidas transversais”, afirma.

Os autarcas devem, por isso, “falar a uma só voz” para exigirem ao Governo “soluções coordenadas e estruturais”.

Helder Sousa Silva cita Sá Carneiro perante o momento que Portugal e mundo atravessam: “A democracia é difícil e exigente, mas dela, nós, autarcas, nunca nos demitiremos”.

“DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO PODEM ESTAR EM PERIGO”, AVISA LUÍS LEITE RAMOS



Luís Leite Ramos, deputado do PSD e presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), considera que a pandemia de Covid-19 exige mais atenção na defesa dos “direitos humanos, incluindo os direitos económicos e sociais” no continente. O modelo de democracia e o Estado de direito podem estar em perigo, uma situação nunca vista desde a Segunda Guerra Mundial, e que requer a determinação das instituições e dos estados europeus.

“É precisamente o modelo de sociedade baseado nos direitos humanos, na democracia e no Estado de Direito que agora está em perigo. Devemos permanecer vigilantes diante das adversidades e dessa pandemia”, acrescentou o deputado Leite Ramos.

Em declarações à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, esta quarta-feira, o também vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD lembra que, “apesar de todas as dificuldades, a Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável está ao lado dos mais vulneráveis da Europa”. “A Comissão continuará sua missão democrática. Isso é o mínimo que podemos fazer, num momento em que os profissionais de saúde estão a arriscar as suas vidas e muitas pessoas estão a morrer”, referiu.

Luís Leite Ramos enaltece o gesto que se vê por toda a Europa, de cidadãos que vão às varandas e janelas todas as noites para prestar homenagem aos profissionais de saúde, mas a Europa não se deve contentar com aplausos e agradecimentos”.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa é, conjuntamente com o Comité de Ministros, um dos dois órgãos estatutários do Conselho da Europa. Integra 47 países, entre os quais todos os Estados-Membros da União Europeia. É o principal órgão de cooperação europeia, responsável pela eleição dos juizes do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e pelo acompanhamento de processos eleitorais em todo o mundo.

PSD PROPÕE:

COVID-19

**Alargar as linhas
de crédito já
criadas para todos
os setores,
para um valor na ordem
dos 10 mil milhões de
euros**

SALVADOR MALHEIRO DIZ QUE É A ALTURA DE “PUXAR PELA ECONOMIA” LOCAL

Salvador Malheiro revelou que o caráter de exceção para as empresas que foram autorizadas a laborar, apesar do cerco sanitário imposto ao concelho de Ovar, deveria estender-se a outros pequenos e médios empresários.

Sem colocar em causa a saúde pública e o trabalho realizado em Ovar, Salvador Malheiro referiu que este é momento de incentivar “o pequeno comércio local, cumprindo com as regras sanitárias”. “Está na altura de ajudar o pequeno comércio local, cumprindo com as regras sanitárias. Todas as exceções que foram elencadas até hoje (nos diferentes despachos governamentais) são da responsabilidade do ministro da Economia e não nossa”, venceu o autarca.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar, que desde a primeira hora foi o principal aliado das populações na defesa da saúde pública e da gestão da crise, entende que, perante o sinal de revitalização da economia local, é necessário alargar esse princípio a “todas as outras empresas vareiras”. “Havendo exceções com estas empresas, todas as outras – nomeadamente os nossos pequenos empresários e pequenas indústrias que trabalhem no mesmo ramo de atividade – têm que ter o direito de laborar também”, disse.

O autarca considera que o foco continua a ser a contenção da doença, mas argumenta que “depois de tanto esforço e penalização dos empresários, correspondente à aquisição de muitos ventiladores [para hospitais], é hora de começar a reerguer a economia” da região.

Até ao momento, apenas 30 empresas estão autorizadas pelo Ministério da Economia a laborar durante o estado de calamidade pública, declarado em Ovar devido à Covid-19.



RIBAU ESTEVES PEDE TESTES COM URGÊNCIA PARA A REGIÃO DE AVEIRO



O Presidente da Câmara de Aveiro pede testes com urgência à Covid-19 para os lares da região. Ribau Esteves confirma que 15 idosos do lar da Santa Casa da Misericórdia faleceram depois de terem contraído o novo coronavírus. O autarca referiu que dos 105 utentes do lar situado no Complexo Social da Moita, em Oliveirinha, 77 acusaram positivo nos testes de despiste que ficaram concluídos na semana passada. Há ainda 22 funcionários que também estão infetados e oito que tiveram um resultado negativo.

O lar da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro é até ao momento o caso mais grave registado no município. Ribau Esteves diz que a instituição tomou todas as medidas necessárias, com a criação de “uma ala de positivos, com equipas e circuitos autónomos”.

O Presidente da Câmara deixou ainda um “grito de alerta”, afirmando que há lares à espera da execução de testes de despiste à Covid-19 que estavam planificados e que não foi possível realizar, porque não há zaragatoas para recolher amostras para irem para o laboratório. “O que a senhora diretora-geral da Saúde disse [esta segunda-feira] na conferência de imprensa, de que não faltavam testes onde eram precisos, é linearmente falso. Em Aveiro não há zaragatoas. O ‘stock’ do nosso hospital entrou em rutura e o tal camião que anda para chegar, faz quinta-feira 15 dias e que foi garantido em absoluto que iria chegar este fim-de-semana, não chegou”, declarou.

Ribau Esteves dirige um apelo “desesperado” para que uma parte das 80 mil zaragatoas que o Governo anunciou que iriam ser distribuídas “venha para aqui com urgência”, porque “Aveiro é um dos municípios e uma das regiões do País com maior incidência”.

RICARDO RIO CRITICA “ENORMÍSSIMA INSUFICIÊNCIA” DE TESTES

O presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, critica a “enormíssima insuficiência” de testes disponíveis para rastrear a covid-19, sublinhando que já há no concelho quem tenha agendamentos para depois de 20 de abril. “Isso é quase uma barbaridade”, referiu, falando na reunião do executivo, Ricardo Rio, para quem os testes são “fundamentais para separar infetados de não infetados” e, assim, evitar contágios.

Segundo Ricardo Rio, a insuficiência de testes leva a que os números diariamente avançados pela Direção-Geral da Saúde (DGS) estejam “deturpados” em relação à realidade.

O concelho de Braga conta com mais de 400 pessoas infetadas com o novo coronavírus e cerca de 100 infetados são utentes ou funcionários de lares de idosos.



Ainda segundo o autarca, já se registaram 20 mortos com covid-19 no concelho, 10 dos quais igualmente ligados a estruturas residenciais para idosos.

A câmara disponibilizou-se para financiar os testes aos mais de 2.000 utentes e funcionários de todos os lares do concelho, mas até ao momento só foram realizados cerca de 400.

“Não há testes disponíveis no mercado”, acrescentou o autarca.

Em Braga, os testes estão a ser feitos no hospital público e numa unidade móvel, sendo que em breve também a Escola de Medicina da Universidade do Minho deverá estar acreditada para o efeito.

FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL DE COIMBRA DEVERIA AUMENTAR PARA 750 MIL EUROS

Os vereadores do PSD na Câmara de Coimbra querem que o Fundo de Emergência Municipal (FEM) aumente para 750 mil euros, contra os atuais 158 mil euros, para ajudar a fazer face à pandemia da covid-19.

O aumento da dotação prevista para o FEM, de “158 mil para 750 mil euros”, é uma das propostas apresentadas pelos sociais-democratas, num requerimento hoje enviado ao presidente da Câmara, o socialista Manuel Machado, no sentido de o executivo debater e votar na sua próxima reunião, agendada para terça-feira, esta e outras “medidas de apoio no âmbito da emergência social provocada pela pandemia”.

Além daquele aumento de quase cinco vezes do FEM, o PSD também defende a atribuição de “apoios extraordinários às IPSS [instituições particulares de solidariedade social] que prestam apoio a sem abrigos ou apoio domiciliário a idosos no valor total de 300 mil euros”.

No requerimento, subscrito pelos dois vereadores do PSD, Madalena Abreu e Paulo Leitão (o terceiro social democrata eleito no âmbito da coligação PSD/CDS-PP/PPM/MPT passou a independente no final de 2019), é igualmente defendida a organização, “em estreita articulação com as autoridades de saúde local e regional”, de “uma operação logística com vista à realização de testes à covid-19 a todos os idosos hospedados em lares de terceira idade e profissionais, públicos e privados, sediados no seu território concelhio”.

Entre as propostas do PSD, referência ainda, por exemplo, para a criação de “um programa municipal de cuidados domiciliários a idosos que vivem sozinhos ou isolados, em articulação com as IPSS, juntas de Freguesia e equipas de apoio domiciliário, destinadas à população inserida em grupos de risco”.

Importante, neste contexto, é também a criação de uma linha telefónica de apoio a todos os agentes da proteção civil, voluntários, direções das IPSS e funcionários camarários (que “pela natureza das suas funções são obrigados a estar na linha da frente”) e de outra linha para “atendimento de apoio a idosos com o envolvimento técnico de psicólogos, como medida de mitigação dos efeitos provocados pelo isolamento social”, enumera o PSD.



PSD/MATOSINHOS DEFENDE REALIZAÇÃO DE TESTES PARA PROTEGER OS IDOSOS

O PSD/Matosinhos pede que sejam feitos “rapidamente os imprescindíveis” testes a todos os utentes e colaboradores dos lares de terceira idade e de apoio a deficientes do concelho. A Secção liderada por Bruno Pereira quer que sejam distribuídas por estas instituições equipamentos de proteção individual que são “indispensáveis” para a segurança de todos.

“A câmara [de Matosinhos] tem de defender os matosinhenses. O que conseguir fazer deve-o fazer sem burocracias, sem andar a pedir papeis ou relatórios uma e outra vez, em vez de resolver efetivamente o problema”, afirmou o presidente do PSD/Matosinhos.

Segundo Bruno Pereira, se a autarquia, liderada pelos socialistas, não consegue providenciar os testes tem de exigir que quem o pode fazer o faça realmente. “O silêncio da câmara sobre esta situação é ensurdecedor e a burocracia nesta situação é irresponsabilidade”, salientou.

Em comunicado, o social-democrata frisou que “para salvar vidas é imperioso” dotar os que estão na primeira linha de combate dos equipamentos de proteção que lhes permitam apoiar quem está dependente deles sem correr riscos desnecessários que ponham em causa a sua saúde e de todos com quem contactam.

Para salvar vidas é preciso saber quem está contaminado para saber quem precisa de cuidados médicos especiais, ressaltou.

“A população mais idosa do nosso concelho, confinada a vários lares, não pode ser abandonada à sua sorte”, venceu.

PSD RECUSA PERDÃO DE PENAS E SÓ ADMITE PRISÃO DOMICILIÁRIA PARA GRUPOS DE RISCO



O PSD não compreende os critérios do Governo para distinguir os reclusos que ficam na prisão e aqueles que saem em liberdade. André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, considera a libertação de reclusos como medida para conter a propagação da Covid-19 “difícil de compreender”, tendo em conta o período excepcional que vivemos e que

exige de todos os cidadãos particular sentido de responsabilidade. O deputado considera mesmo que o PSD se opõe ao “perdão de penas”, tal como consta da proposta do Executivo.

O vice-Presidente social-democrata argumenta que “não

deve a dimensão legislativa imiscuir-se na dimensão judicial”. E lembra: “no Estado de direito, para funcionar bem, há penas determinadas pelos tribunais que devem ser cumpridas, só excecionamos aquilo que se justifica em termos de saúde pública e de preocupação humanista”.

“Aquilo que o PSD aceita absolutamente é tudo o que excecione as pessoas que estão dentro do grupo de risco relativamente à Covid-19, cuja permanência nas prisões portuguesas os coloca a si próprios em risco como a restante população prisional em risco”, defendeu André Coelho Lima.

O PSD concentra, assim, o “edifício central” de uma resposta legislativa à situação das prisões perante a Covid-10 à “retirada dos estabelecimentos prisionais dos prisioneiros que estejam nos grupos de risco, ou seja, com mais de 60 anos, pessoas com patologias que as tornam mais vulneráveis, e ainda grávidas e mães com filhos a seu cargo até três anos de idade, todos deverão sair dos estabelecimentos de imediato”, com uma “substituição de pena de prisão efetiva por prisão domiciliária”.

André Coelho Lima sustenta ainda que a Assembleia da República não deve imiscuir-se nos critérios do indulto presidencial, sublinhando que é uma “competência própria do Presidente da República”, admitindo somente desbloquear as balizas temporais previstas no regime do indulto, segundo as quais deve ser concedido a 21 de dezembro.

André Coelho Lima sublinha que os idosos “estão igualmente em perigo, até em perigo maior porque a movimentação de pessoas é superior”, uma vez que os trabalhadores “entram e saem” das instituições diariamente e “podem trazer para dentro dos lares o vírus”.

MEDIDAS URGENTES DE APOIO A ADVOGADOS E SOLICITADORES

O grupo parlamentar do PSD está preocupado com a “total desproteção dos advogados e solicitadores” no quadro das medidas de apoio aos trabalhadores independentes implementadas pelo Governo por causa da pandemia de Covid-19.

“Estes profissionais, cuja atividade profissional se reduziu drasticamente, mantêm-se à margem de quaisquer apoios extraordinários para fazerem face às suas despesas obrigatórias, designadamente ao pagamento das suas contribuições sociais, que continuam a ser devidas à CPAS [Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores]”, alerta o grupo parlamentar.

Os deputados consideram que “o Governo implementou medidas de apoio aos trabalhadores independentes do regime geral da segurança social”, mas “nada de relevante foi decidido quanto aos advogados e solicitadores que estão sujeitos ao regime da CPAS”.

Neste sentido, os deputados manifestam “preocupação com esta situação de total desproteção dos advogados e solicitadores e está totalmente solidário com estas classes profissionais”.

Em comunicado, os deputados pedem que “sejam, rapidamente, encontradas soluções” pelo Governo para auxiliar, de forma efetiva e eficaz, estes profissionais, liberais, “através de um modelo que, podendo não ser coincidente com o previsto para os demais trabalhadores independentes,



tome por base o quadro geral de apoio que para estes foi estabelecido ou qualquer outro que assegure com equidade os seus justos interesses”.

Essas soluções devem ser encontradas “com urgência” e centradas no apoio aos advogados e solicitadores, para compensar “a quebra evidente da sua atividade profissional e dos seus rendimentos durante este período de confinamento social”.

O grupo parlamentar do PSD lembra que a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores “não é um regime assistencialista, o que dificulta a possibilidade de equiparação com esses outros trabalhadores independentes”, mas, acrescenta, “isso não pode obstar a que se deixem pura e simplesmente sem qualquer tipo de apoio efetivo e direto por parte do seu sistema previdencial, ou indireto, por parte do próprio Estado”.

COVID-19

PSD QUESTIONA O GOVERNO SOBRE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O PSD confrontou, dia 2 de abril, o Governo sobre as medidas para reforçar a proteção às vítimas de violência doméstica, alertando que o maior isolamento devido à pandemia de Covid-19 pode ser “um barril de pólvora” para o aumento desta tipologia de crimes.

Numa pergunta dirigida à ministra de Estado e da Presidência, os deputados social-democratas consideram que, “perante o atual estado de emergência em Portugal, com as medidas de confinamento e isolamento domiciliário que se impõem no combate à atual pandemia”, pode criar “um barril de pólvora no que respeita a um exponencial aumento de casos de violência doméstica”.

“Desde que o surto pandémico teve início e com as medidas de quarentena que foram impostas como a forma mais eficaz no combate ao novo coronavírus, muitos países têm registado um expressivo aumento do número de queixas por violência doméstica”, afirmam, apontando que em França se registou um aumento de 30% nas queixas nas primeiras duas semanas de quarentena.

O PSD avisa que, “perante uma evidente dificuldade acrescida em aceder aos serviços de apoio, a recorrer a cuidados médicos, corre-se o risco de haver maior silenciamento por parte das vítimas”.

Nesse sentido, o PSD “quer saber que medidas concretas tenciona o Governo tomar, num curto prazo, de forma a minimizar o risco do exponencial aumento dos casos de violência doméstica durante a pandemia”.

Os deputados questionam o Executivo sobre o reforço dos atuais meios de proteção às vítimas de violência doméstica e pedem garantias de que “após o contacto telefónico, ou o envio de email, existe uma adequada e atempada resposta aos pedidos de ajuda”.



O PSD pede ainda garantias de “atempada e adequada proteção às vítimas sem acesso a meios de comunicação, telefone ou a meios informáticos” e o reforço dos meios de

proteção para as vítimas de violência especialmente vulneráveis, “como crianças, idosos, e as que estão incluídas em grupos de risco, designadamente deficientes que dependem da ajuda de outros”.

PSD PROPÕE:

COVID-19

Reduzir em 20% o IMI a pagar pelas famílias em 2020



CANCELA MOURA

MAIS APOIOS PARA OS MUNICÍPIOS, “O MAIOR ALIADO DO PODER CENTRAL” NO COMBATE À CRISE

José Cancela Moura, deputado do PSD, defende, que perante o momento que Portugal atravessa, “o mínimo que o Governo pode fazer pelos autarcas é retribuir a proximidade e o apoio sanitário, humanitário e financeiro dos mais vulneráveis”.

Durante a discussão do regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais, no Parlamento, dia 8, Cancela Moura declarou acompanhar a iniciativa legislativa do Governo, não deixando de apontar algumas falhas à atuação do Executivo na calamidade que o País atravessa. “Lamentavelmente, só um mês depois do registo do primeiro caso de Covid-19 em Portugal, é que a tutela avançava, finalmente, com uma operação de despieste da Covid-19 em todos os lares nos concelhos de Lisboa, Aveiro, Évora e Guarda, medida decalcada da iniciativa que já havia sido antecipada, em vários municípios, por sua conta risco”, referiu.

No plano nacional, apontou Cancela Moura, o Governo não deu prioridade aos testes no “Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Gondomar ou os casos específicos de Ovar e das instituições de Vila Real, Vila Nova de Famalicão, Resende ou Vale de Cambra”. “Aqui, foram, de novo, os autarcas que, à margem da competência e da hesitação do Governo, deram a cara e tomaram as medidas de proteção das principais vítimas desta crise de saúde pública. Porque compreenderam, primeiros que todos os outros, que a vida dos mais velhos não pode depender do racionamento de número de testes, nem do anúncio de mais umas quantas toneladas de material, que chegarão no próximo avião”, concretizou.

Cancela Moura lembrou a “situação dramática” do terceiro setor, com muitas instituições sociais a sofrerem danos irreparáveis (só na Santa Casa da Misericórdia de Aveiro já perderam a vida 15 idosos).

Em nome do PSD, Cancela Moura recuperou uma das propostas do partido apresentada esta semana. Trata-se da inclusão das empresas municipais ao regime de “lay-off” simplificado, uma medida que, “além de reparar uma falta de equidade social, corresponde também a uma situação de crise empresarial das em que se encontram as empresas do universo municipal”.

“Esperamos que, pela importância que representa para as autarquias, esta proposta de alteração mereça o acolhimento desta Câmara. Porque o momento exige de todos, sem exceção, responsabilidade e sentido de Estado. E o patriotismo não se proclama, pratica-se. Porque a verdadeira oposição do PSD é ao próprio vírus”, concluiu o deputado.

PSD PROPÕE EXTENSÃO AO SETOR SOCIAL DO REGIME EXCEPCIONAL DE ENDIVIDAMENTO DAS AUTARQUIAS

Isaura Morais, deputada do PSD, reconhece como positiva a proposta do Governo que estabelece um regime excecional de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia de Covid-19, no entanto, o PSD acaba de apresentar, no Parlamento, uma alteração à proposta de lei do Executivo, estendendo-o ao setor solidário e social, para aquisição de equipamento de saúde ou outras medidas de combate aos efeitos da pandemia.

“O Governo quer criar um regime excecional para os municípios, que estão limitados por regras de recuperação financeira, no âmbito do Fundo de Apoio Municipal, para que possam realizar despesas com apoio Social, aquisição de equipamento de saúde ou outras medidas de combate aos efeitos da Covid-19. (...) O País precisa de unidade e, por isso, apresentámos como contributo do PSD (a incluir nesta proposta) o apoio ao setor social e solidário, que tem

um papel imprescindível na sociedade e está numa situação de especial vulnerabilidade”, referiu.

Isaura Morais agradeceu a todas as instituições e organizações de solidariedade social, “pelo serviço imprescindível que sempre prestaram e continuam a prestar nas nossas comunidades”.

A deputada, que foi presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, saudou todos os autarcas portugueses, “por nesta altura tão difícil estarem, como sempre, na linha da frente a tomar medidas que consideram importantes e fundamentais para as suas populações”. “A história do PSD é indissociável do poder local, assente no protagonismo dos seus autarcas e na importância que sempre deu às autarquias. Os cidadãos e as empresas têm uma relação direta e quotidiana com a atividade das autarquias locais e reconhecem na política de proximidade”, sintetizou.



PSD/AÇORES DEFENDE MEDIDAS EXCECIONAIS PARA TODOS OS ALUNOS

O presidente do PSD/Açores defende uma “resposta imediata”, através de medidas excepcionais, numa altura em que o ano letivo foi interrompido devido à pandemia de Covid-19, de forma a garantir o direito de todos os alunos açorianos à educação.

“A situação que vivemos exige resposta imediata, com medidas excepcionais, para garantir o direito à educação das crianças e jovens nos Açores. Para o PSD, as necessárias adaptações que têm de ser feitas, com urgência, com vista ao acompanhamento de alunos, não podem por de parte, nem por um momento, os princípios base da democracia do ensino a nível regional”, afirmou José Manuel Bolieiro, através de uma nota de imprensa.

Segundo o líder dos social-democratas açorianos, “o acesso aos meios tecnológicos que venham a ser adotados deve ser universal, sob pena de se gerar uma maior discriminação educacional e social”.

“É fundamental que se tenha em linha de conta que nem todos os alunos dispõem nas suas casas de computadores com acesso à internet e que, em muitos lares, os recursos disponíveis têm de ser partilhados pelos filhos, que se encontram a estudar, e pelos pais, que se encontram em teletrabalho, o que condiciona as tarefas de todos”, referiu.

José Manuel Bolieiro alertou também ser necessário “ter em consideração as dificuldades percecionadas pelos docentes, em especial os deslocados, que não dispõem de equipamento ou comunicações adequadas nas casas que arrendaram”.

A este respeito, sublinhou, “atente-se igualmente à desadequação da utilização de smartphones para um uso sistemático”.

“Note-se, ainda, que a literacia digital não se resume ao comum uso das redes sociais, nem tão-pouco aos jogos online, muito em voga entre os mais novos, e que não se prosseguiu nos últimos anos com formação consistente de alunos e professores no domínio das novas tecnologias e plataformas de comunicação, nem tão-pouco o ensino à distância se encontra regulamentado na nossa Região”, frisou.

Para o presidente do PSD/Açores, “é preciso fazer o levantamento exaustivo, e não meramente estimativo, como frequentemente sucedeu nos últimos dias, dos meios



tecnológicos (hardware e comunicações) que os alunos dispõem em casa e a sua adequação para um regime de trabalho pré-definido que deve ser dado a conhecer às famílias”.

“As soluções tecnológicas que vierem a ser adotadas devem garantir a todos os utilizadores a universalidade e gratuidade de acesso às mesmas, através de um interface intuitivo que facilite a sua utilização e exploração em contexto familiar”, propôs.

Além disso, salientou, “não podem ser descurados os diferentes percursos de aprendizagem dos alunos do sistema educativo regional, integrando-se soluções para currículos alternativos/adaptados, para o ensino artístico e para os alunos com necessidades educativas especiais”.

Para José Manuel Bolieiro, “a escolha daquelas soluções tecnológicas deve também ter em linha de conta a sua utilização em futuras situações que impeçam o ensino presencial”.

O líder o social-democrata defendeu que o final do ano letivo e o início e decurso do próximo “exigem medidas de ajustamento, que não podem ser deixadas ao livre arbítrio de cada ator do

Nesse sentido, o presidente do PSD/Açores considerou que a fixação do calendário escolar para o terceiro período é uma “tarefa imediata”, incluindo o “estabelecimento de uma data-limite para a retoma normal das aulas”.

“O horário de trabalho síncrono e a carga horária das disciplinas devem ser definidos de modo uniforme para todas as unidades orgânicas da Região e reformulada a carga horária semanal de todas as disciplinas, considerando a adaptação que docentes e alunos têm de fazer ao Ensino a Distância (E@D) e as ferramentas que este dispõe para trabalho em ambiente assíncrono”, disse.

No domínio curricular do ensino básico, José Manuel Bolieiro propõe que “as atividades letivas a desenvolver no terceiro período, com recurso ao E@D, devem ser preferencialmente destinadas à consolidação dos conteúdos programáticos já lecionados”.

“Já no plano da avaliação, o PSD/Açores defende que a avaliação final tenha por base as aprendizagens realizadas ao longo de todo o tempo de ensino presencial e bem assim do ciclo de escolaridade, nos anos terminais de ciclo (4º, 6º e 9º anos), conforme a legislação em vigor”, explicou.

Segundo o líder social-democrata, “a Região deve exercer a sua competência e autonomia próprias na condução do ensino básico e por isso exige-se que o Governo Regional defina o que pretende fazer quanto à realização e âmbito dos exames do 9º ano, bem como das várias provas de aferição que estavam previstas”.

“Importa também articular de imediato com o Ministério da Educação quanto à condução do ensino secundário e à realização de exames finais deste ciclo ou de acesso ao ensino superior, exigindo-se a salvaguarda de equidade no todo nacional, em especial perante a possibilidade de nos distintos territórios nacionais se verificarem diferentes períodos em que a retoma de aulas seja possível”, frisou.

José Manuel Bolieiro considerou ainda “prioritária” a realização de um programa de formação para pessoal docente em didática e metodologia do ensino à distância, bem como que “até ao fim de maio seja estabelecido o calendário do ano escolar de 2020/2021, com os ajustamentos decorrentes de todas estas circunstâncias excepcionais, nomeadamente quanto à sua duração, periodicidade e adaptação dos programas curriculares”.

PSD PROPÕE:

COVID-19

Considerar o sócio-gerente como trabalhador, recompensando-o de parte do salário perdido por força do lay-off

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolvre@psd.pt

Um «Adeus Português» a José Maria Aznar



(centrais)

O MIBEL é um exemplo para a Europa

M na abertura
ano judicial

Bolsa de Turismo
de Lisboa

Alberto João Jardim
em Lisboa



(pag. 17)



(pag. 20)



(pag. 9)

Edição n.º 1352 do "Povo Livre" | de 28 de janeiro de 2004

"Um 'Adeus Português' a José Maria Aznar: O MIBEL é um exemplo para a Europa". O então chefe do Governo espanhol estivera em Lisboa, dia 20 de janeiro de 2004, para participar, com Durão Barroso, no Fórum Empresarial Luso-Espanhol e na cerimónia de assinatura do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).

SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS

Face às recomendações das autoridades sanitárias relativamente à contenção da Covid-19, a Comissão Política Nacional tomou a decisão de recomendar a todas as estruturas do PSD que não realizem reuniões ou assembleias até nova orientação, culminando em duas deliberações, com caráter obrigatório, do Conselho de Jurisdição Nacional. Fica, por isso, suspensa a publicação de todas as convocatórias de reuniões e atos eleitorais no “Povo Livre” até data oportuna.